

- 8 MAR 1987

Replanejar tudo

O lançamento do plano Sayad no palco da discussão econômica tem o mérito de restabelecer o interesse dos brasileiros pelo tratamento do essencial e não apenas do acessório. A remoção dos entulhos do Plano Cruzado não deve embaçar o horizonte da economia fora de esquadro: temos de enxergar alguma coisa para além de agosto, para além de dezembro, para além do ano que vem. Decisões fundamentais de política econômica, tanto no setor público como no setor privado, estão mais para o ciclo da vaca do que para o ciclo do feijão: exige maturação de cinco anos e não apenas de três meses.

O negócio é voltar a planejar o Brasil ainda em construção. De preferência, na linha de um compromisso político: redução da carestia com expansão da economia. Isso pode ser feito sem choque heterodoxo, na insistente pregação do professor Ignácio Rangel, para quem a inflação brasileira está mais para os vazios estruturais do sistema do que para os desvios conjunturais do mercado.

Na estaca zero

O replanejamento da economia, algo mais que um simples programa de emergência, terá de lançar estacas sobre as areias movediças do impasse da dívida externa e sobre o terreno minado da reindexação ampla, geral e irrestrita, com sua poderosa carga de inflação inercial.

De certa forma, o Brasil do cruzado retoma o curso do Brasil do cruzeiro, com sua inflação anual média de 142,2 por cento, medida pelo IGP no ciclo 1979/85. E com um primeiro bimestre de 87 igualando a inflação anualizada do primeiro bimestre de 1986, de exatos 415 por cento. A reindexação deu-se pelo mesmo pico da

desindexação. E isso não é bom, quando se leva em conta o chamado «coeficiente de realimentação inflacionária» embutido no mecanismo da correção monetária.

Fevereiro que o diga. A volta gloriosa da OTN reajustável (que tal restabelecer a sigla ORTN, de tão grata memória?) esnoba a advertência dos «inercialistas» de plantão: ela deve ter ficado uns cinco pontos percentuais acima da inflação do mês... Se a teoria da inércia inflacionária estiver correta, o Brasil volta a cavalgar uma inflação indexada superior a 400 por cento ao ano. Resta saber se haverá algum planejamento ortodoxo capaz de resistir a tamanho descalabro orçamentário.

O mal necessário

Perito em política de estabilização keynesiana, o professor James Tobin torceria o nariz para a consulta brasileira: vai dar para sustentar algum tipo de crescimento econômico em regime de inflação inercial situada em patamar tão pouco ortodoxo?

A própria indexação responderia de bate-pronto: o Brasil já demonstrou ao mundo que a inflação, quando indexada, não desarma a expansão da economia. O ciclo de maior crescimento do produto brasileiro, localizado entre 1965 e 1978 registrou uma inflação anual média (com indexação) de 28,4 por cento. A inflação só deu o pinote anual dos três dígitos, a partir de 1983, quando a recessão dita corretiva ou purgativa desligou a tomada do gigante.

Única certeza: em país desenvolvido, capitalizado, excedentário, economia de reposição, os apertos monetários e fiscais, recessivos por natureza, derrubam a inflação. Já nos países não desenvolvidos, descapitalizados, deficitários, economia de construção, as

políticas de arrocho costumam desencadear impactos «estagflationistas». A tal ponto, que o Brasil de hoje, na exposição de motivos do plano Sayad, enfrenta o dilema do mal necessário: ruim, com a indexação, pior sem ela. Expansão com inflação é menos ruim do que inflação com recessão.

O elo perdido

O senador Roberto Campos entende que a discussão do sexo do anjo do desenvolvimentismo tupiniquim deveria inaugurar, em tempo de reflexões constitucionais, um choque politicamente heterodoxo: o enxugamento por decreto do obeso e inútil aparelho do estado, verdadeiro epicentro da inflação, da dívida, da atrofia nacional. O setor público não pode continuar atuando como reator da alimentação inflacionária e do endividamento externo. Diz o senador:

«Infelizmente, o bonde já passou. O governo Sarney, por volta de abril ou maio do ano passado, teve sua autoridade restaurada e sua popularidade exacerbada. Era a hora exata ou única para o saneamento fiscal da União, com sobras para os estados e municípios, não menos perdulários. Um saneamento pelo corte dos gastos e não pelo aumento dos tributos. O primeiro derruba a inflação. O segundo, amplia a estatização e reativa o dispêndio, encomendando mais inflação. Ainda está para nascer o estadista brasileiro que haverá de enfrentar a República dos alvarás. Ela carrega um inflacionismo congênito, que não é monetário nem inercial, é sociológico. Um inflacionismo usado por um centralismo burocrático que dilapida energias, sabota iniciativas, retarda decisões, avilta recursos e penaliza o cotidiano de 140 milhões de contribuintes embasbacados».